

Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481;

Não Aplicável pelo fato de haver prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Pelos motivos apontados no Relatório da Administração, as demonstrações financeiras foram efetuadas utilizando-se o Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010, bem como as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado para o mês de dezembro de 2010, acompanhados das correspondentes notas explicativas, e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal. Os comentários dos diretores aqui apresentados seguirão o mesmo modelo devido a impossibilidade de se estabelecer comparativos.

A seguir os principais pontos do Relatório de Administração que fundamentam tais procedimentos:

Tendo em vista a fragilidade e a impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos então existentes no Banco, a nova Administração – além da gestão dos negócios – com o auxílio de consultores externos, atuou na redefinição de critérios contábeis e de controles internos compatíveis com as exigências normativas e as necessidades de uma instituição financeira, que propiciassem informações fidedignas baseadas em uma escrituração contábil que refletisse adequadamente a situação patrimonial do Banco Panamericano S.A.;

A complexidade dos mecanismos adotados na geração das inconsistências contábeis impediu a definição do momento exato em que começaram a ocorrer as irregularidades contábeis e fragilidades dos controles internos que ocasionaram a falta de confiabilidade dos registros. E, dadas as evidências de contumácia de tais procedimentos anteriores a 09 de novembro de 2010, data de posse da atual administração, torna-se impraticável e totalmente inviável fazer-se, de forma apropriada, uma segregação e mensuração de quais ajustes de inconsistências contábeis se referiam aos exercícios anteriores; quais competiam ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, e quais dizem respeito ao exercício de 2010;

Ainda, face as inúmeras e diferentes inconsistências contábeis e procedimentos identificados, a Administração não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um “balanço patrimonial especial de abertura”, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia relativamente a uma nova data a ser tomada como ponto de partida para a análise da efetiva situação patrimonial. Assim, foi determinada a data de 30 de novembro de 2010 para a elaboração do “Balanço Patrimonial de Abertura”.

Em decorrência desses fatos, a atual Administração da Companhia optou – visando à prestação de informações qualificadas e fidedignas, consoante as práticas contábeis – por adotar as seguintes medidas:

a) Divulgar, na mesma data da divulgação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, o ITR relativo ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010, com os dados então existentes na contabilidade, porém com a ressalva de que as informações nele contidas não são confiáveis, por referirem-se a período contábil anterior àquele a que se refere o “Balanço Patrimonial de Abertura”. Devendo, em consequência, considerar-se como verdadeira apenas a situação patrimonial da Companhia informada pelo Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 e aquela apresentada pelo Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010;

b) Utilizar, para efeito de comparação, a situação patrimonial do balanço de abertura em 30 de novembro de 2010 ao invés daquela relativa a 31 de dezembro de 2009, em decorrência da inviabilidade de se mensurar, pelo exercício social já encerrado, as significativas distorções contábeis decorrentes das inconsistências e demais irregularidades identificadas, ou mesmo, reelaborar demonstrações financeiras confiáveis de exercícios anteriores.

A utilização, por termo de comparação, do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009, sem condições de isolar e ajustar os efeitos das inconsistências contábeis por exercício social, como acima referido, implicaria em uma representação totalmente inadequada de tais demonstrações financeiras, o que não serviria de parâmetro para qualquer análise comparativa podendo confundir os usuários das mesmas.

Assim, estabelecer uma data a partir da qual se tenha dados seguros e confiáveis foi a forma que a Administração da Companhia encontrou para – tendo em vista a finalidade da contabilidade de fornecer informações financeiras que sejam úteis para a tomada de decisões econômicas – cumprir as determinações e princípios da Lei 6.404/76 e da regulamentação da CVM, além de demonstrar com absoluta transparência aos acionistas e ao mercado os efetivos direitos e obrigações da Companhia, apurados após minuciosos e trabalhosos levantamentos, que exigiram esforços concentrados de grande parte do pessoal interno e dos consultores externos.

Os ajustes corretivos efetuados no mês de novembro de 2010 apresentaram reflexos sobre a estrutura de capital do Banco, resultando no desenquadramento em relação aos limites operacionais regulatórios (Índice de Basileia e Margem Operacional). Considerando as medidas em curso, os negócios já realizados pelo Banco no mês de janeiro, o suporte oferecido pela CAIXA, BTG Pactual e FGC e o depósito adicional de R\$ 1,3 bilhão feito em conta de acionista, a situação de desenquadramento dos limites operacionais observada estará revertida até o final do mês de fevereiro de 2011.

Somos uma instituição financeira focada no financiamento ao consumo para pessoas físicas das classes B, C, D e E, independente dos grandes conglomerados financeiros brasileiros. Diferenciamos-nos dos nossos principais concorrentes pelo portfólio extenso de produtos e serviços que oferecemos nesse segmento, que inclui crédito direto ao consumidor, crédito consignado, cartões, seguros, leasing e consórcio, de forma que não dependemos integralmente de apenas um único produto. No primeiro trimestre de 2009, começamos a operar no segmento de *middle market*, a fim de atender aos seguintes segmentos de mercado: desconto de duplicatas, empréstimos para financiamento de capital de giro e adiantamentos sobre recebíveis de cartão de crédito e recebíveis de um modo geral.

Acreditamos que o segmento de crédito a pessoas físicas possui alto potencial de crescimento em função da demanda reprimida por crédito no País, do crescimento de renda média, do consequente aumento do consumo pelas classes B, C, D e E e na expectativa do crescimento contínuo da economia brasileira no futuro próximo.

Nossos produtos são distribuídos por meio de pontos de vendas exclusivos, presentes em todos os estados brasileiros e principais cidades, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal, parceiros comerciais, tais como

concessionárias e revendedores de veículos leves e pesados e grandes redes de lojas de varejo, e através do *call center*.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL	%
Silvio Santos Participações Ltda.	66.346.081	50,3%	24.712.286	22,0%	91.058.368	37,3%
Caixapar Participações S.A. - CAIXAPAR	64.621.695	49,0%	24.712.286	22,0%	89.333.981	36,6%
BF Utilidades Domésticas Ltda.	913.242	0,7%	0	0,0%	913.242	0,4%
Outros	10	0,0%		0,0%	10	0,0%
Mercado	0	0,0%	63.038.340	56,1%	63.038.340	25,8%
Total	131.881.028	100%	112.462.912	100%	244.343.940	100%

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O cálculo do valor de resgate segue as determinações legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos exercícios. A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil ("Banco Central") que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingências em caso de crises financeiras no mercado.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, nossas principais fontes de captação de recursos são: depósitos a prazo (CDB/DPGE); cessões de crédito para outras instituições financeiras e para FIDCs; emissões de títulos no exterior.

A tabela abaixo fornece um detalhamento dos saldos de captação de recursos nos períodos indicados.

	Consolidado
	Dezembro/10 (R\$ milhões)
Depósito à vista	43,2
Depósitos a prazo	4.725,7
Depósitos interfinanceiros	816,9
Captações através de FIDCs⁽¹⁾	1.140,3
Captações no mercado aberto	116,5
Cessões de crédito a outras instituições financeira⁽²⁾	5.404,4
Cessões de crédito da Arrendamento ao Banco Bradesco S.A.	243,9
Emissões Externas	1.915,1
Total	14.406,0

⁽¹⁾ Captação de recursos através de FIDCs – registrado em outras obrigações diversas.

⁽²⁾ Registrado em contas de compensação e referem-se a cessões com e sem coobrigação.

Depósitos a Prazo

Do saldo em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 4.725,7 milhões dos recursos captados em depósitos a prazo, 13,1% são referentes a valores provenientes de pessoas físicas, 16,1% de pessoas jurídicas não financeiras, 19,4% de instituições financeiras, 7,8% de investidores institucionais (Fundos de Investimento, Seguradoras, IPREMs e Fundos de Pensão) e 43,6% de Fundos de Investimento.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se a captações junto a instituições financeiras, normalmente de curto prazo (entre 30 e 180 dias).

Captações através de FIDCs

O saldo dessas captações junto aos cotistas em 31 de dezembro de 2010 era de R\$1.140,3 milhões.

Captações no mercado aberto

Referem-se à captação de recursos através da venda de títulos públicos federais de nossa carteira própria ou de terceiros em operações compromissadas.

Cessões de crédito a outras instituições financeira

Realizamos cessões de créditos consignados de funcionários públicos e de veículos automotores de um modo geral a outras instituições financeiras, através de convênios de cessão de crédito celebrados com tais

instituições. Essas operações são registradas em contas de compensação na medida em que, por força da obrigação, ainda temos responsabilidades referentes a essas operações.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso saldo de créditos cedidos com a outras instituições financeiras era de R\$3.327,4 milhões.

Emissões Externas

Em 22 de fevereiro de 2006 e em 31 de março de 2006 emitimos US\$50,0 milhões e US\$10 milhões, respectivamente, a juros de 8,5% com vencimento em 24 de fevereiro de 2009. Em 16 de abril de 2007 emitimos US\$75,0 milhões adicionais a juros de 7,4% com vencimento em 16 de abril de 2010. Em 31 de dezembro de 2007, possuíamos US\$135 milhões em títulos em circulação emitidos segundo o nosso programa. Em 29 de maio de 2008 emitimos US\$130,0 milhões adicionais a juros de 7,3% com vencimento em 29 de maio de 2010. Em 26 de outubro de 2009 emitimos US\$200,0 milhões adicionais a juros de 7,0% com vencimento em 26 de outubro de 2012. Em 24 de fevereiro de 2010 resgatamos a primeira *tranche* do nosso programa de "Euro *Médium-Term Notes*"; no valor de US\$ 60 milhões, pelo valor equivalente a R\$179,0 milhões. Em 4 de agosto de 2010, emitimos US\$ 300 milhões adicionais com vencimento em 04 de agosto de 2015. Em 31 de dezembro de 2010, possuíamos US\$500,0 milhões em títulos em circulação emitidos segundo o nosso programa.

Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu US\$125.000 mil, através de "Subordinated Notes" (dívida subordinada), dos quais US\$50.000 mil foram captados em 18 de julho de 2006 e US\$75.000 mil em 16 de agosto de 2006. Em 23 de abril de 2010, o Banco emitiu US\$500.000 mil.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingências em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, com prazo, em geral de um dia útil, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Essas operações representam um importante instrumento de liquidez. Em 31 de dezembro de 2010 tínhamos R\$ 1.154,6 milhões em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários e derivativos, dos quais R\$210,8 milhões foram investimentos nas operações *overnight*.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total atual é de US\$500.000 mil através da emissão de "Euro Medium-Term Notes", dos quais US\$200.000 mil foram emitidos em 26 de outubro de 2009 e US\$300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu US\$125.000 mil, através de "Subordinated Notes" (dívida subordinada), dos quais US\$50.000 mil foram captados em 18 de julho de 2006 e US\$75.000 mil em 16 de agosto de 2006. Em 23 de abril de 2010, o Banco emitiu US\$500.000 mil.

O quadro a seguir apresenta os valores emitidos, saldos, taxas de juros, datas de emissão e de vencimento de cada série de títulos em circulação:

Valor Emitido	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Taxa de Juros (%)	Data de Emissão	Data de Vencimento
(em US\$ milhões)	(em R\$ milhões)			
Programa de <i>Medium-Term Notes</i>				
200,0	337,8	7,0% a.a	26/10/2009	26/10/2012
300,0	511,2	5,5% a.a	04/08/2010	04/08/2015
Total de <i>Notes</i>				
500,0	849,0			
Dívida Subordinada				
50,0	87,6	11,0% a.a	18/07/2006	18/07/2016
75,0	131,4	11,0% a.a	16/08/2006	18/07/2016
500,0	847,1	8,5% a.a	23/04/2010	01/03/2020
Total de Dívida Subordinada				
625,0	1.066,1			
Total Geral				
1.125,0	1.915,1			

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Não aplicável.

(iii) *grau de subordinação entre as dívidas*

Não aplicável.

(iv) *eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais: 31 de dezembro de 2010 comparado com 30 de novembro de 2010

	<u>Nov/2010</u>	<u>% do Total</u>	<u>Dez/2010</u>	<u>% do Total</u>	<u>Varição (%)</u>
Ativo circulante e realizável a longo prazo (R\$ mil, exceto percentuais)					
Disponibilidades.....	7.951	0,06	9.222	0,07	15,99
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	1.569.391	12,00	799.576	6,07	-49,05
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	528.977	4,04	565.844	4,29	6,97
Relações interfinanceiras.....	17.842	0,14	2.151	0,02	-87,94
Relações interdependências.....	1.831	0,01	911	0,01	-50,25
Operações de crédito.....	6.749.281	51,59	7.347.551	55,77	8,86
Operações de arrendamento mercantil.....	1.026.741	7,85	1.009.896	7,67	-1,64
Outros créditos	2.709.303	20,71	2.963.149	22,49	9,37
Outros valores e bens	424.990	3,25	429.961	3,26	1,17
Total.....	13.036.307	99,65	13.128.261	99,65	0,71
Permanente					
Investimentos.....	1.199	0,01	1.221	0,01	1,83
Imobilizado de uso.....	37.190	0,28	37.300	0,28	0,3
Intangível.....	7.203	0,06	7.751	0,06	7,61
Total.....	45.592	0,35	46.272	0,35	1,49
Total do ativo	13.081.899	100,00	13.174.533	100,00	0,71

Passivo circulante e exigível a longo prazo

Depósitos.....	5.423.016	41,45	5.585.808	42,40	3,00
Captações no mercado aberto.....	99.346	0,76	116.531	0,88	17,30
Recursos de aceite e emissão de títulos...	1.026.158	7,84	849.079	6,44	-17,26
Relações interfinanceiras.....	1.532.816	11,72	1.594.853	12,11	4,05
Relações interdependências.....	1.048	0,01	522	0,00	-50,19
Instrumentos financeiros derivativos	357.555	2,73	452.913	3,44	26,67
Outras obrigações	4.487.278	34,30	4.550.430	34,54	1,41
Total.....	12.927.217	98,82	13.150.136	99,81	1,72

Resultado de exercícios futuros - - **3.545** **0,03** **100**

Participação de acionistas minoritários **1.920** **0,01** **1.702** **0,01** **-11,35**

Patrimônio Líquido

Capital social.....	1.108.091	8,47	1.108.091	8,41	-
Reservas de capital.....	172	-	172	-	-
Reservas de lucros.....	483.570	3,70	-	-	-100
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	5	-	100
Prejuízos acumulados.....	-1.439.071	-11,00	-1.089.118	-8,27	-24,32
Total.....	152.762	1,17	19.150	0,15	-87,46
Total do Passivo.....	13.081.899	100,00	13.174.533	100,00	0,71

Ativo circulante e realizável a longo prazo**Aplicações interfinanceiras de liquidez**

O saldo da conta aplicações interfinanceiras de liquidez *reduziu 49,05%*, ou R\$769,8 milhões, devido principalmente a redução das aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, no montante de R\$ 500,5 milhões e aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 269,3 milhões.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

O saldo da conta títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos aumentou 6,97%, ou R\$36,9 milhões, devido principalmente ao aumento das aplicações em títulos da carteira própria, no montante de R\$ 35,1 milhões.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta relações interfinanceiras reduziu 87,9%, ou R\$15,7 milhões, devido principalmente à redução do volume de recursos de recebimentos de cobrança realizada por bancos conveniados.

Operações de crédito

O saldo da conta operações de crédito aumentou 8,9%, ou R\$598,3 milhões, devido principalmente ao aumento do volume de créditos concedidos, resultado da nossa maior origemação de créditos.

Operações de arrendamento mercantil

O saldo da conta operações de arrendamento mercantil reduziu 1,6%, ou R\$ 16,8 milhões, devido principalmente a redução do volume de operações de arrendamento mercantil, em função de nossa menor origemação de operações.

Outros Créditos

O saldo da conta outros créditos aumentou 9,4%, ou R\$ 253,8 milhões, devido principalmente a: i) Aumento dos valores a receber de sociedades ligadas – Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda, no montante de R\$ 99,8 milhões; (ii) operações de cartões de crédito, no montante de R\$ 68,5 milhões; e (iii) créditos tributários, no montante de R\$ 23,1 milhões.

Outros valores e bens

O saldo da conta outros valores e bens aumentou 1,2%, ou R\$ 5 milhões, devido, principalmente, ao aumento das comissões antecipadas pagas a lojistas e promotoras, no montante de R\$ 15,4 milhões, compensado pela redução do volume de bens de uso não próprio (veículos apreendidos) em nosso ativo, no montante de R\$ 10 milhões.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível) apresentara-se estáveis no período analisado.

Passivo circulante e exigível a longo

Depósitos

O saldo da conta depósitos aumentou 3%, ou R\$ 162,8 milhões, devido principalmente ao aumento do volume das captações através de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 252,8 milhões, mitigado pela redução das captações de recursos através de depósitos a prazo, no montante de R\$ 95,7 milhões.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta captações no mercado aberto aumentou 17,3%, ou R\$ 17,2 milhões, devido principalmente ao aumento do volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta recursos de aceite e emissão de títulos apresenta queda de 17,3%, ou R\$ 177,1 milhões, devido basicamente pela desvalorização do real em relação ao dólar que reduziu o custo das referidas captações externas.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta relações interfinanceiras aumentou 4,1%, ou R\$ 62,0 milhões, devido basicamente ao aumento do volume de recursos de recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos respectivos cessionários nos respectivos vencimentos.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta Instrumentos financeiros derivativos aumentou 26,7%, ou R\$ 95,4 milhões, devido, basicamente, ao aumento do diferencial a pagar sobre a operação de hedge de nossas captações de títulos no exterior.

Outras obrigações

O saldo da conta outras obrigações aumentou 1,4%, ou R\$ 63,2 milhões, devido, principalmente, ao aumento das obrigações por venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil e a valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito, mitigado pela redução da captação de recursos através de FIDCs.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu 87,5%, ou R\$ 133,6 milhões, devido ao prejuízo apurado no mês de dezembro de mesmo montante.

Análise e Discussão das Demonstrações de Resultados: 31 de dezembro de 2010

	<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>
	(R\$ mil)
Rendas de operações de crédito.....	182.317
Resultado de operações de arrendamento mercantil.....	20.529
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	15.620
Operações de empréstimos e repasses	1
Resultado de operação de câmbio	1
Receitas de intermediação financeira....	218.468
Operações de captação no mercado.....	(37.502)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(145.019)
Operações de empréstimos e repasses.....	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.040)
Despesas de intermediação financeira...	(207.561)
Resultado bruto de intermediação financeira.....	10.907
Receita de prestação de serviços.....	2.642
Rendas de tarifas bancárias.....	20.673
Resultado de equivalência patrimonial.....	-
Receita de prêmios ganhos de seguros.....	9.898
Despesas de sinistros retidos.....	(4.955)
Despesas de pessoal.....	(4.021)
Outras despesas administrativas.....	(132.894)
Despesas tributárias.....	(26.870)
Outras receitas operacionais.....	8.103
Outras despesas operacionais.....	(23.847)
Outras receitas (despesas) operacionais	(151.271)

Resultado operacional.....	(140.364)
Resultado não operacional.....	(17.103)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	(157.467)
Provisão para imposto de renda.....	(1.035)
Provisão para contribuição social.....	992
Ativo fiscal diferido.....	23.826
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	23.783
Participação de acionistas minoritários	67
Prejuízo líquido do mês.....	(133.617)

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira correspondem a R\$ 218 milhões e compõem basicamente por 83% em resultado de operações de crédito, 9% em resultado de operações de arrendamento mercantil e 7% em resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira correspondem a R\$ (208) milhões e compõem por 70% em resultado com instrumentos financeiros derivativos, 18% em operações de captação no mercado e 12% de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira apurado no mês de dezembro de 2010 foi de R\$ 11 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais apurado no mês de dezembro de 2010 foi de R\$ (151) milhões, compreendendo, basicamente, a outras despesas administrativas, no montante de R\$ 133 milhões.

Resultado operacional

O resultado operacional relativo ao mês de dezembro de 2010, corresponde a R\$ (140) milhões.

Resultado não operacional

O resultado não operacional corresponde a R\$ (17) milhões no mês de dezembro de 2010 e refere-se a resultado na alienação de bens não de uso próprio.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a provisão para contribuição social corresponde a R\$ 24 milhões, devido basicamente a constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Prejuízo líquido do mês

O prejuízo líquido do mês corresponde a R\$ (134) milhões.

10.2 Comentários dos diretores sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1 (a) acima.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item (c) abaixo e item 10.1 (a) acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O lucro líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que em geral elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. A elevação das taxas de juros pode afetar positivamente a receita da Companhia, uma vez que as taxas de juros relativas aos seus ativos que rendem juros e a remuneração das suas operações de crédito também se elevam. Por outro lado, as despesas de juros da Companhia podem também aumentar, caso as taxas de juros referentes aos seus passivos que pagam juros, inclusive as operações de captação, também aumentem. Em geral, aumentos nas taxas de juros permitem elevar as receitas da Companhia com operações de crédito em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação da Companhia). No entanto, aumentos das taxas de juros podem também afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes.

Por outro lado, quedas das taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação). Assim, uma queda na taxa de juros pode levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora dos resultados da Companhia. Essa queda de receita poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda por créditos, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas.

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de ações da Companhia pela Caixa Participações S.A. (“Caixapar”)

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Silvio Santos Participações Ltda. e a Caixaapar, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças do Banco Panamericano S.A., nos termos do qual a Caixaapar, após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil adquiriria 64.621.700 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e vinte um mil e setecentas) ações ordinárias e de 24.712.286 (vinte e quatro milhões, setecentas e doze mil, duzentas e oitenta e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Silvio Santos Participações Ltda., pelo preço de R\$ 8,27 (oito reais e vinte e sete centavos) por ação, perfazendo-se o montante de R\$ 739.272.055,73 (setecentos e trinta e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Em julho de 2010, o Banco Central do Brasil aprovou a operação, e, em 26 de julho de 2010, foi realizada a transferência das ações de emissão da Companhia, conforme descrita no parágrafo anterior.

Em 31 de janeiro de 2011 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual o Banco BTG Pactual S/A ("BTG Pactual") compromete-se, observadas determinadas condições precedentes usuais em operações do gênero, a adquirir a totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S/A ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras"), correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano, de titularidade das Vendedoras pelo preço de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais). Para todos os fins, uma ação ordinária terá o mesmo preço de uma ação preferencial, ou seja, R\$ 4,89 por ação, na data de conclusão do negócio.

Foi celebrado entre o Banco BTG Pactual S.A. e a Caixaapar, em 31 de janeiro de 2011, no âmbito da operação referida acima, um acordo de acionistas com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual que, substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

A conclusão da operação está condicionada à aprovação das autoridades competentes.

c. Eventos ou operações não usuais

Aquisição de ações da Companhia pela Caixaapar. e Banco BTG Pactual. Vide item 10.1 item (b) e 10.3 item (b) acima.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Exceto por mudanças decorrentes da legislação, não houve alterações relevantes em práticas contábeis da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Base para Opinião com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa no 3 às demonstrações financeiras, e pelas razões lá mencionadas, a Administração do Banco decidiu apresentar o balanço de abertura na data-base 30 de novembro de 2010 e não apresentar as demais demonstrações completas do exercício de 2010 e daquelas referentes ao exercício anterior. Considerando-se as circunstâncias vivenciadas no Banco, bem como a troca de sua administração e direção, esta é a demonstração possível de ser preparada e apresentada com utilidade; entretanto, a legislação societária brasileira requer que as demonstrações financeiras sejam elaboradas no final de cada exercício social incluindo a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pela falta de apresentação de demonstrações complementares e comparativas descrita no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. em 31 de dezembro e em 30 de novembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de um mês findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes aspectos relacionados às demonstrações financeiras em pauta:

10.5 Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

Contabilização de Cessões de Crédito, excetuadas as cessões de créditos para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs

Com o objetivo de incrementar nossa liquidez e como parte de nossa estratégia de captação de recursos, cedemos, periodicamente, para FIDCs e instituições financeiras, créditos de nossa carteira com e sem coobrigação, em contrapartida a pagamentos em dinheiro.

Na data da cessão de crédito, retiramos de nosso balanço o valor do crédito cedido, com base em seu valor contábil, e registramos o pagamento em dinheiro recebido do cessionário. O valor do pagamento pela cessão equivale ao valor presente dos créditos cedidos, o qual é calculado mediante aplicação de taxa de desconto, definida entre nós e o cessionário, sob o valor de face dos créditos cedidos. A diferença entre o pagamento em dinheiro recebido do cessionário e o valor contábil dos créditos cedidos é registrado como ganho sob a rubrica "Receitas da intermediação financeira – operações de crédito".

Ao realizarmos cessões de crédito com coobrigação, permanecemos expostos ao risco de crédito relativo aos créditos cedidos, como se continuássemos sendo os titulares desses créditos. Os pagamentos dos créditos são estruturados de modo que cada parcela do contrato inclua o valor do principal e dos juros devidos. Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, devemos recomprar somente a parcela de principal e juros então devida e inadimplida, ao invés da totalidade do crédito, e registramos tal parcela inadimplida em nosso balanço patrimonial como um crédito.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, os créditos que tenham sido cedidos com coobrigação são escriturados em contas de compensação (contas não patrimoniais), para fins de classificação de risco de crédito. Nós aplicamos as regras de provisionamento com relação a esses créditos e, portanto, nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada como se nossa carteira de créditos cedidos com coobrigação, contabilizada em contas de compensação (contas não patrimoniais), fosse registrada no nosso balanço patrimonial.

Contabilização de Cessões de Crédito para FIDCs e Consolidação de FIDCs

De acordo com a Instrução CVM 408 e o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14 de fevereiro de 2007, nossas demonstrações financeiras devem ser consolidadas com os FIDCs (que são considerados pela CVM como Entidades de Propósito Específico – EPEs). Os critérios identificadores da necessidade de consolidação dos FIDCs nas demonstrações financeiras são os seguintes: (i) existência de controle pela Companhia sobre os direitos creditórios cedidos; (ii) retenção, pela Companhia, de direitos em relação aos direitos cedidos; (iii) retenção de riscos e responsabilidades sobre os direitos cedidos; e (iv) fornecimento, na essência ou habitualidade, de garantias aos investidores em relação aos rendimentos e recebimentos esperados. Em razão do exposto em tais normas, os FIDCs devem ser apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia. No processo de consolidação dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia, as operações de crédito cedidas pela Companhia são tratadas à luz da essência dessas operações como se estivessem na carteira de crédito pela Companhia. Nesse sentido, foram adotados os seguintes critérios de consolidação para melhor apresentação das carteiras de operações de crédito e captações:

- Os saldos dos direitos creditórios contabilizados nos FIDCs foram consolidados, passando a ser avaliados de acordo com os prazos e taxas de juros das operações de financiamentos e empréstimos inicialmente contratadas (condições originais dos contratos); registrados na rubrica de "Operações de crédito";
- As cotas seniores e parcela das cotas subordinadas colocadas junto a terceiros foram classificadas no passivo, como captações efetuadas, e foram classificadas e avaliadas com base nos prazos de amortização e taxas de remuneração atribuídas à essas cotas; registrados na rubrica de "Outras obrigações – Diversas";
- Os resultados não realizados relativos as cessões de créditos aos FIDCs, contabilizados na rubrica de "Receitas de operações de créditos" pela Companhia, foram eliminados no consolidado (lucro não realizado na operação);
- As despesas com comissões apropriadas ao resultado da Companhia na data da realização das cessões de crédito foram estornadas e transferidas para o ativo consolidado para serem apropriadas no prazo dos respectivos contratos de empréstimos;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa dos referidos direitos creditórios foi reavaliada e complementada de acordo com os critérios de provisionamento seguidos pela Companhia;
- Sobre os ajustes de diferenças temporárias de consolidação foram contabilizados imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins diferidos; e
- As outras contas patrimoniais dos FIDCs foram consolidadas de acordo com a natureza da conta e prática contábil em questão.

Assim, no processo de consolidação dos FIDCs, o saldo de recebíveis volta a ser apresentado no grupo de operações de crédito e o montante do patrimônio dos FIDCs é refletido como captação nas demonstrações consolidadas da Companhia, eliminando-se, assim, o eventual saldo das quotas subordinadas e lucros não realizados detidos pela Companhia.

Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos e Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, dentro dos critérios previstos na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Conforme essa resolução, a qual define a análise periódica e a classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, de AA, o nível mais baixo, até H, o nível mais elevado, e uma provisão mínima é computada para créditos classificados em cada categoria, variando de 0,0% (no caso de créditos classificados como AA) até 100,0% (para créditos classificados como H).

Na classificação dos créditos nos respectivos níveis de risco, devemos separá-los em dois grupos. O primeiro grupo compreende os créditos em que a responsabilidade total é igual ou superior a R\$50,0 mil. Os créditos pertencentes a esse grupo são classificados individualmente com base em fatores como o valor da operação, garantias existentes, características do cliente, sua situação econômica e histórico de operações. O segundo grupo compreende empréstimos em valor inferior a R\$50,0 mil, os quais podem ser classificados mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos níveis de risco acima, observado que a classificação deve compreender, no mínimo, o nível A. As regras do CMN exigem que a classificação de créditos com

valores superiores a 5,0% do patrimônio de referência seja revisada duas vezes ao ano. Nós não mantemos créditos individuais superiores a 5% do patrimônio de referência. Além disso, créditos vencidos e não pagos devem ser reclassificados para categorias de risco mais elevadas de acordo com o tempo de atraso.

A receita das operações de crédito em atraso até 59 dias é lançada como rendas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, é cessada a apropriação de juros. As operações de crédito em atraso que são classificadas na categoria H são retidas nessa categoria durante 180 dias. Depois disso, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, pelo prazo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. Os créditos renegociados são mantidos na categoria em que estavam classificados antes da renegociação, podendo sofrer ajuste para melhor classificação em função da amortização significativa do valor da operação. Qualquer operação de crédito renegociada que havia sido objeto de baixa contra provisão será classificada na categoria H e quaisquer ganhos da renegociação só serão reconhecidos quando forem efetivamente recebidos.

Classificação de Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central e Circular SUSEP nº 379/08, os títulos e valores mobiliários de nossa carteira são registrados da seguinte maneira:

- Títulos para negociação. Os títulos e valores mobiliários que adquirimos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo de aquisição, acrescido da receita auferida até a data do balanço patrimonial, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência do prazo dos títulos, e ajustado pelo valor de mercado. A receita e os ajustes pelo valor de mercado são lançados como resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação, nem mantidos até o vencimento, são registrados pelo valor de custo de aquisição, acrescido da receita auferida até a data do balanço patrimonial, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência do prazo dos títulos, e ajustado pelo valor de mercado. A receita auferida é reconhecida no resultado do período e os ajustes pelo valor de mercado são contabilizados em uma conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento. São os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição acrescidos da receita auferida até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência do prazo dos títulos, em contrapartida ao resultado do período.

Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as regras contábeis para instituições financeiras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), registramos alguns de nossos ativos, tais como títulos e valores mobiliários e derivativos, por seu valor de mercado.

O valor de mercado é definido como o valor pelo qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma operação realizada com uma contraparte propensa e ciente. O valor de mercado da maioria dos títulos e valores mobiliários mantidos por nós é determinado com base no valor das operações realizadas em determinado dia ou no dia útil anterior à data em que a operação for realizada. Quando as informações sobre tais operações não estiverem disponíveis, determinamos o valor de mercado com base em fontes diversas. No caso de títulos públicos o valor de mercado é baseado nos resultados de pesquisa compilada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As quotas de fundos de investimento (incluindo FIDCs) são referenciadas ao preço divulgado pelo administrador do fundo, quando aplicável.

Celebramos contratos de *swap* visando gerenciar nossa exposição ao risco cambial, ou para administrar o descasamento entre as taxas de juros dos empréstimos (juros fixos) e as da captação (em grande parte indexadas a variação do CDI). O valor de mercado desses derivativos é registrado com base nas respectivas cotações nas bolsas em que são negociados, em especial a BM&F BOVESPA S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos estão compostos por operações de "swap" e são avaliadas de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa "pro rata" até as datas dos balanços em conformidade a Circular do Banco Central nº 3.082/02.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3535/08, a qual determinou a aplicação da NPC nº 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas, observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial, exceto aquelas mencionadas como operações no exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As despesas mais relevantes que incorremos são as despesas com comissões nas operações de concessão de crédito, que são registradas no momento da concessão do crédito, sendo que as mesmas não são passíveis de devolução em caso de inadimplência do devedor da operação de crédito.

Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos de nossos passivos das captações no exterior, assim como os demais passivos em moeda estrangeira, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, divulgada pelo BACEN.

As variações de taxas de câmbio relacionadas com títulos denominados ou indexados a moedas estrangeiras e as operações de câmbio, se forem itens do passivo nos dois casos, são lançados como despesas da intermediação financeira, se a variação for negativa, e como outras receitas operacionais, se a variação for positiva.

10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A nova Diretoria Executiva concentra seus esforços na melhoria dos padrões de governança, gerenciamento e controle, adequando os processos vigentes às suas diretrizes. Buscou-se a adequação dos registros contábeis e gerenciais do Banco, e ao mesmo tempo, uma profunda e minuciosa revisão de estrutura, processos e contratos vigentes, resultando em melhoria dos padrões de gestão e em ganho de eficiência. A estrutura de governança foi totalmente reformulada, possibilitando maior transparência dos atos de gestão e mensuração do impacto desses atos no resultado do Banco. O ambiente de controle foi aperfeiçoado a partir da revisão de processos e de toda a estrutura de políticas e comitês corporativos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Ambiente de Controle

As atividades de gestão de risco e controle foram concentradas na nova Diretoria de Controles e Riscos que é composta pelas unidades de Compliance, Controladoria, Contabilidade e Riscos Corporativos, as quais, juntas,

representam o alicerce da estrutura de Governança Corporativa do Banco e possibilitam uma gestão alinhada às melhores práticas e padrões de governança.

A Gerência Geral de Auditoria Interna atua de forma independente com reporte ao Comitê de Auditoria, e focou seus trabalhos na avaliação dos processos, procedimentos e sistemas, reestruturação da área e na contratação de profissionais experientes.

O Panamericano, através da sua nova gestão, declara o seu compromisso com a busca contínua e incessante de padrões de governança e gerenciamento de riscos que garantam a adequada identificação, mensuração, mitigação e reporte dos riscos incorridos pelo Banco, não se restringindo aos requisitos regulatórios. Ademais, pauta suas ações pela conduta ética, pela otimização de seu capital econômico e pela obtenção de resultados perenes que sustentem sua visão de futuro

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia está analisando as recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente e irá atender, na elaboração de suas demonstrações financeiras, todas aquelas que considerar pertinentes.

10.7 Comentários dos diretores sobre ofertas públicas realizadas nos 3 últimos exercícios sociais

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no prospecto da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Descrição dos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia de 31.12.2010, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

ii - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial, exceto pelos créditos cedidos com coobrigação para instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, nosso saldo de créditos cedidos com coobrigação totalizava R\$3.327,4 milhões.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Na eventual recompra dos créditos cedidos com coobrigação, pode ocorrer uma despesa, dependendo da taxa a ser negociada no momento da recompra.

b. natureza e o propósito da operação

Com o objetivo de incrementar nossa liquidez e como parte de nossa estratégia de captação de recursos, cedemos, periodicamente, para FIDCs e instituições financeiras, créditos de nossa carteira com e sem coobrigação, em contrapartida a pagamentos em dinheiro.

Na data da cessão de crédito, retiramos de nosso balanço o valor do crédito cedido, com base em seu valor contábil, e registramos o pagamento em dinheiro recebido do cessionário. O valor do pagamento pela cessão equivale ao valor presente dos créditos cedidos, o qual é calculado mediante aplicação de taxa de desconto, definida entre nós e o cessionário, sob o valor de face dos créditos cedidos. A diferença entre o pagamento em dinheiro recebido do cessionário e o valor contábil dos créditos cedidos é registrado como ganho sob a rubrica "Receitas da intermediação financeira – operações de crédito".

Ao realizarmos cessões de crédito com coobrigação, permanecemos expostos ao risco de crédito relativo aos créditos cedidos, como se continuássemos sendo os titulares desses créditos. Os pagamentos dos créditos são estruturados de modo que cada parcela do contrato inclua o valor do principal e dos juros devidos. Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, devemos recomprar somente a parcela de principal e juros então devida e inadimplida, ao invés da totalidade do crédito, e registramos tal parcela inadimplida em nosso balanço patrimonial como um crédito.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, os créditos que tenham sido cedidos com coobrigação são escriturados em contas de compensação (contas não patrimoniais), para fins de classificação de risco de crédito. Nós aplicamos as regras de provisionamento com relação a esses créditos e, portanto, nossa provisões

para créditos de liquidação duvidosa é calculada como se nossa carteira de créditos cedidos com coobrigação, contabilizada em contas de compensação (contas não patrimoniais), fosse registrada no nosso balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

As responsabilidades por co-obrigações referentes a créditos cedidos com coobrigação totalizam R\$3.327,4 milhões.

10.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimento em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

